



**ESTADO DO PIAUÍ.**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

**INDICATIVO DE PROJETO DE LEI N.º 05 DE 01 DE ABRIL DE 2009**

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 1º de abril, 2009

*Altera a lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre defesa sanitária animal no Estado do Piauí, acrescentando o art. 28-A e parágrafo único.*

1º Secretário

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,**

**FAÇO** saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado ao artigo 28-A, à Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

Art. 28-A. No julgamento do recurso a autoridade competente, considerando as circunstâncias atenuantes, poderá reduzir a multa aplicada em até o máximo de 50% (cinquenta por cento) do seu valor:

Parágrafo único: Para efeitos deste artigo, além da capacidade financeira do infrator, consideram-se circunstanciais atenuantes:

I – ser o infrator primário;

II – baixo grau de instrução ou de escolaridade do infrator;

III – arrependimento do infrator, procurando, imediatamente, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo pelo qual for responsável;

IV – comunicação prévia pelo infrator aos órgãos encarregados da fiscalização;

V – colaboração com os órgãos encarregados da fiscalização.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA** em  
Teresina. (PI), 30 de março de 2009.

Dep. **JOSÉ PINTO DE MESQUITA**



**ESTADO DO PIAUÍ.**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

**INDICATIVO DE PROJETO DE LEI N.º 05 DE 01 DE ABRIL DE 2009**

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 1º de abril, 2009

*Altera a lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre defesa sanitária animal no Estado do Piauí, acrescentando o art. 28-A e parágrafo único.*

1º Secretário

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,**

**FAÇO** saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado ao artigo 28-A, à Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

Art. 28-A. No julgamento do recurso a autoridade competente, considerando as circunstâncias atenuantes, poderá reduzir a multa aplicada em até o máximo de 50% (cinquenta por cento) do seu valor:

Parágrafo único: Para efeitos deste artigo, além da capacidade financeira do infrator, consideram-se circunstanciais atenuantes:

I – ser o infrator primário;

II – baixo grau de instrução ou de escolaridade do infrator;

III – arrependimento do infrator, procurando, imediatamente, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo pelo qual for responsável;

IV – comunicação prévia pelo infrator aos órgãos encarregados da fiscalização;

V – colaboração com os órgãos encarregados da fiscalização.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA** em  
Teresina. (PI), 30 de março de 2009.

  
Dep. **JOSÉ PINTO DE MESQUITA**

## JUSTIFICATIVA

As atividades de Defesa agropecuária no Estado do Piauí ficaram a cargo da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, cuja criação decorreu de orientação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, face à necessidade de celeridade da Atenção Veterinária às doenças emergenciais e de implementação das demais ações de fiscalização agropecuária, conforme se depreende também da Lei Ordinária Estadual nº 5.491/05, que criou a Autarquia, *verbis*:

Art. 1º Fica criada a autarquia estadual, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, patrimonial, técnica e financeira, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR, com a finalidade de elaborar, coordenar e executar a Política de Defesa Agropecuária no Estado do Piauí.

A Lei Estadual nº 5.628, de 29/12/06, no quesito defesa sanitária animal, estabeleceu as medidas indispensáveis ao combate, controle e à erradicação das doenças infecto-contagiosas, infecciosas e parasitárias, de notificação obrigatória, que acometem os animais domésticos e silvestres, com a alteração da capacidade de produção, ou coloquem riscos a saúde pública, em consonância com as diretrizes e normas do Governo Federal.

Dentre as medidas a serem adotadas, cuja competência é acometida à ADAPI, a Lei nº 5.628, de 29/12/06, estabeleceu penalidades aos infratores a esta legislação, dentre elas a multa que varia de 106 a 1.767 UFR-PI.

Recentemente verificou-se que a ADAPI, principalmente após as exitosas campanhas de vacinação contra a febre aftosa, na busca de tirar o nosso Estado do risco desconhecido, tem multado vários produtores no Estado do Piauí. Multas estas muito pesadas para a maioria de nossos produtores, cuja criação é 90% extensiva e com rebanho muito reduzido. E com o passar dos anos vem reduzindo ainda mais. A nossa realidade de pobreza e castigo do sertanejo é evidente. Muitos não tem realmente como pagar a multa sem prejudicar a manutenção de sua família.

A criação de rebanho no nosso Estado em escala comercial é muito reduzida. Diferente de outros Estados como Goiás, onde predomina a pecuária de corte. Aqui temos produtores rurais que apenas criam para sua subsistência (pecuária de subsistência) e não são raros aqueles que utilizam seus animais como moeda, ~~apenas para consumo próprio~~, com criação diminuta de até cinco animais. Tanto é verdade que nos últimos 10 anos o último censo agropecuário (2006) apontou uma significativa redução da população de animais

Fazendo um estudo comparado da Lei de Defesa Animal (Lei nº. 5.628, de 29/12/06) com a lei de Defesa Vegetal (Lei 5.627, de 29/12/06), verificamos que esta é mais benéfica, no seu art. 18, pois abre a possibilidade de redução da multa em até 50% (cinquenta por cento), podendo a mesma ser mitigada levando em consideração a situação pessoal do infrator, seu grau de instrução e escolaridade, a sua conduta espontânea em reparar o ato lesivo e a sua colaboração com o serviço de fiscalização, dando margem a uma análise discricionária. Entendemos que a legislação de defesa animal foi omissa neste ponto ao castigar demasiadamente uns em detrimento de outros, cuja capacidade econômica também é diferente. Pontos estes, certamente devem ser levados em consideração, pois a multa, como penalidade, não pode levar o infrator e sua família a uma situação de miséria absoluta. Penalidades assim são contrárias ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Finalmente reforçamos o fato notório de que a realidade agropecuária no nosso Estado é diferente. Trata-se de criação extensiva, na sua maioria para a subsistência das famílias dos próprios produtores. Fatos estes que nós, enquanto legisladores, não podemos nos desvencilhar e, pois, suficientes para justificar e alterar a legislação.

**Tabela 2.3.9 - Resultados do Censo Agropecuário 1995-1996 e primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006, segundo variáveis pesquisadas - Piauí**

Variáveis pesquisadas	Censo agropecuário	
	1995-1996	2006
<b>Estabelecimentos</b>	<b>208 111</b>	<b>246 229</b>
<b>Área total (ha)</b>	<b>9 659 972</b>	<b>9 386 524</b>
<b>Utilização das terras (ha)</b>		
<b>Lavouras (1)</b>		
Estabelecimentos	200 043	238 317
Área (ha)	676 166	1 642 417
<b>Pastagens (2)</b>		
Estabelecimentos	69 641	81 018
Área (ha)	2 398 446	2 783 101
<b>Matas e florestas (3)</b>		
Estabelecimentos	57 904	78 754
Área (ha)	3 646 155	4 415 465
<b>Pessoal ocupado (4)</b>	<b>666 465</b>	<b>830 812</b>
Com laços de parentesco com o produtor	608 731	662 912
Empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor	57 734	167 900
<b>Tratores</b>		
Estabelecimentos	1 557	2 549
Número de tratores	2 402	3 737
<b>Efetivo de animais</b>		
<b>Bovinos</b>		
Estabelecimentos	70 541	75 371
Número de cabeças	1 704 389	1 594 708
<b>Bubalinos</b>		
Estabelecimentos	24	28
Número de cabeças	565	690
<b>Caprinos</b>		
Estabelecimentos	67 269	56 753
Número de cabeças	1 541 536	1 456 389
<b>Ovinos</b>		
Estabelecimentos	47 764	50 388
Número de cabeças	1 295 805	1 317 279
<b>Suínos</b>		
Estabelecimentos	126 309	101 483
Número de cabeças	1 394 406	968 141
<b>Aves (5)</b>		
Estabelecimentos	157 054	156 211
Número de cabeças	8 270 626	7 964 882
<b>Produção animal</b>		
<b>Leite de vaca</b>		
Estabelecimentos	42 674	30 711
Produção leite (1 000 l)	73 459	66 421
<b>Leite de búfala</b>		
Estabelecimentos	1	3
Produção leite (1 000 l)	x	18
<b>Leite de cabra</b>		
Estabelecimentos	3 412	2 102
Produção leite (1 000 l)	1 250	962
<b>Lã</b>		
Estabelecimentos	-	198
Produção de lã (t)	-	2
<b>Ovos de galinha</b>		
Estabelecimentos	149 560	110 557
Produção de ovos de galinha (1 000 dúzias)	12 136	12 049

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/2006.

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006.

(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte. (2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições). (3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais. (4) Em 1995-1996 o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor que trabalhavam no estabelecimento e recebiam salários foram incluídas como empregados contratados sem laço de parentesco com o produtor. (5) Inclui galinhas, galos, frangas e frangos.

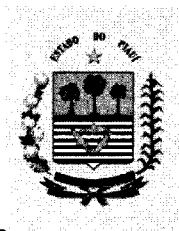
**Tabela 2.3.9 - Resultados do Censo Agropecuário 1995-1996 e primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006, segundo variáveis pesquisadas - Piauí**

Variáveis pesquisadas	Censo agropecuário	
	1995-1996	2006
<b>Estabelecimentos</b>	<b>208 111</b>	<b>246 229</b>
Área total (ha)	9 659 972	9 386 524
<b>Utilização das terras (ha)</b>		
<b>Lavouras (1)</b>		
Estabelecimentos	200 043	238 317
Área (ha)	676 166	1 642 417
<b>Pastagens (2)</b>		
Estabelecimentos	69 641	81 018
Área (ha)	2 398 446	2 783 101
<b>Matas e florestas (3)</b>		
Estabelecimentos	57 904	78 754
Área (ha)	3 646 155	4 415 465
<b>Pessoal ocupado (4)</b>	<b>666 465</b>	<b>830 812</b>
Com laços de parentesco com o produtor	608 731	662 912
Empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor	57 734	167 900
<b>Tratores</b>		
Estabelecimentos	1 557	2 549
Número de tratores	2 402	3 737
<b>Efetivo de animais</b>		
<b>Bovinos</b>		
Estabelecimentos	70 541	75 371
Número de cabeças	1 704 389	1 594 708
<b>Bubalinos</b>		
Estabelecimentos	24	28
Número de cabeças	566	590
<b>Caprinos</b>		
Estabelecimentos	67 269	56 753
Número de cabeças	1 541 536	1 456 389
<b>Ovinos</b>		
Estabelecimentos	47 764	50 388
Número de cabeças	1 295 805	1 317 279
<b>Suínos</b>		
Estabelecimentos	126 309	101 483
Número de cabeças	1 394 406	968 141
<b>Aves (5)</b>		
Estabelecimentos	157 054	156 211
Número de cabeças	8 270 626	7 964 882
<b>Produção animal</b>		
<b>Leite de vaca</b>		
Estabelecimentos	42 674	30 711
Produção leite (1 000 l)	73 459	66 421
<b>Leite de búfala</b>		
Estabelecimentos	1	3
Produção leite (1 000 l)	x	18
<b>Leite de cabra</b>		
Estabelecimentos	3 412	2 102
Produção leite (1 000 l)	1 250	962
<b>Lã</b>		
Estabelecimentos	-	198
Produção de lã (t)	-	2
<b>Ovos de galinha</b>		
Estabelecimentos	149 560	110 557
Produção de ovos de galinha (1 000 dúzias)	12 136	12 048

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/2006.

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006.

(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte. (2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições). (3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais. (4) Em 1995-1996 o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor que trabalhavam no estabelecimento e recebiam salários foram incluídas como empregados contratados sem laço de parentesco com o produtor. (5) Inclui galinhas, galos, frangas e frangos.



## Assembléia Legislativa

Às Presidentes da Comissão de

*Justiça*

para as devidas fins,

Em 13/04/09

*Elwangs*

Ministra de Justiça Lúcia Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Temáticas

Às Senhores

*Edson Fereson*

para o Relator,

Em 13/04/2009

*PA*

Ministro da Comissão de Contabilidade  
e Justiça



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 05/09**

**PROCESSO AL 731/09**

**AUTOR: JOSÉ PINTO MESQUITA**

**RELATOR: DEP. EDSON FERREIRA**

## **I - RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição que **Altera a Lei nº 5.628, de 29 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre defesa sanitária animal no Estado do Piauí, acrescentando a art. 28-A e parágrafo único.**


A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 96, inciso I, alínea "g", 105 e 114 e seguintes do Regimento Interno e art. 75 da Constituição Estadual.

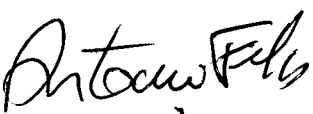
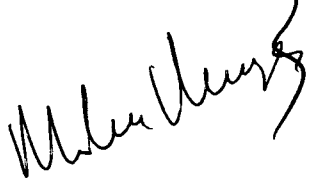

A Lei Estadual nº 5.628, de 29/12/06, no quesito defesa sanitária animal, estabeleceu as medidas indispensáveis ao combate, controle e à erradicação das doenças infecto contagiosas, infecciosas e parasitárias, de notificação obrigatória, que acometem os animais domésticos e silvestres, com a alteração da capacidade de produção, ou coloquem riscos a saúde pública, em consonância com as diretrizes e normas do Governo Federal, sendo uma medida de caráter técnico o encaminhamento ao Governo do Estado do presente indicativo.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável à aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 11 de setembro de 2009**

  
Dep. **EDSON FERREIRA**  
Relator

**PROVADO A UNANIMIDADE**  
em, 06 / 10 / 09  
Presidente da Comissão de